

“Para bom entendedor, meia palavra basta?!”: um estudo sobre as narrativas produzidas por agentes de mídia na tradução do papel dos envolvidos na Operação Lava Jato

RODRIGO SEEFELD¹
NATÁLIA RESE¹

¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR) / PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, CURITIBA – PR, BRASIL

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar como a mídia traduz o papel dos envolvidos, os eventos, as relações, seus antecedentes e suas consequências, produzindo versões narrativas consumidas pela sociedade. É uma pesquisa de abordagem qualitativa, com base na análise de narrativas e na compreensão da construção social da realidade alicerçada nos sentidos articulados narrativamente pelos agentes. A partir de dados secundários coletados em três veículos de mídia – revistas *Carta Capital*, *Veja* e *Exame*, selecionadas a partir de um levantamento inicial, realizou-se uma pesquisa narrativa. A análise de dados baseou-se na proposta de Shuman (2012) para a análise narrativa que contemplou somente as reportagens de capa. A respeito dos resultados, foi possível identificar e caracterizar quatro narrativas, apontando, em cada uma, como os papéis foram traduzidos. Diante disso, identificou-se que o sentido negociado pelos veículos midiáticos está relacionado à responsabilidade dos envolvidos frente a seus papéis no esquema investigado pela Operação Lava Jato. Pode-se concluir ainda que a mídia promove a mediação das interpretações nesse processo de tradução, na medida em que se constitui como porta-voz legítima de uma versão e mobiliza relações que culminam na cristalização de textos tomados como verdadeiros e usados como dados para sustentar posições por parte dos diversos agentes na sociedade.

Palavras-chave: Operação Lava Jato. Wrongdoing. Mídia. Tradução. Narrativas.

“A word is enough to the wise?!”: a study on narratives produced by the media when translating the role of the players involved in the Operation Car Wash in Brazil

Abstract

This article aims to analyze how the media translates the role of those involved in the Operation Car Wash in Brazil, the events, relationships, antecedents and consequences, producing the narratives consumed by society. This is a qualitative research, based on the analysis of narratives and the assumption that the social construction of reality is a process grounded on the meanings the media attributes through their narratives. Based on secondary data collected from three media channels – *Revista Carta Capital*, *Revista Veja*, and *Revista Exame* – selected from an initial search, the study carried out a narrative research. The data analysis was based on Shuman’s (2012) proposal for narrative analysis that only contemplated the cover stories. The results identified and characterized four narratives, pointing out how the roles of the players involved in the Operation Car Wash were translated in each of them. Then, it was identified that the negotiation of meaning by media vehicles is related to the responsibility of those involved in the scheme investigated by Operation Car Wash. It is concluded that the media promotes the mediation of interpretations in this process of translation, insofar as it constitutes a legitimate spokesperson for a specific version, as well as it mobilizes relations that culminate in the crystallization of texts believed to be true and used as source to support positions on the part of the various actors in society.

Keywords: Operation Car Wash. Wrongdoing. Media. Translation. Narratives.

“¿A buen entendedor, pocas palabras bastan?!”: un estudio sobre las narraciones producidas por los agentes de los medios de comunicación en la traducción del papel de los involucrados en la Operación “Lava Jato”

Resumen

El objetivo de este artículo es analizar cómo los medios traducen el papel de los involucrados, los eventos, las relaciones, sus antecedentes y sus consecuencias, produciendo versiones narrativas consumidas por la sociedad. Es una investigación de enfoque cualitativo, con base en el análisis de narrativas y en la comprensión de la construcción social de la realidad está fundamentada en los sentidos articulados narrativamente por los agentes. Por medio de datos secundarios recolectados en tres fuentes de medios de comunicación –*Revista Carta Capital*, *Revista Veja* y *Revista Exame*– seleccionadas a partir de una encuesta, se realizó una investigación narrativa. El análisis de datos se basó en la propuesta de Shuman (2012) para el análisis narrativo que consideró solamente los reportajes de portada. En cuanto a los resultados, fue posible identificar y caracterizar cuatro narrativas señalando, en cada una, cómo los papeles fueron traducidos. Ante ello, se identificó que el sentido negociado por los medios de comunicación estudiados está relacionado a la responsabilidad de los involucrados frente a sus papeles dentro del esquema investigado por la Operación Lava Jato. Se puede concluir que los medios promueven la mediación de las interpretaciones en ese proceso de traducción, en la medida en que se constituyen como portavoces legítimos de una versión y movilizan relaciones que culminan en la cristalización de textos tomados como verdades y usados como datos para sostener las posiciones por parte de los diversos agentes en la sociedad.

Palabras clave: Operación Lava Jato. Wrongdoing. Medios de comunicación. Traducción. Narrativas.

INTRODUÇÃO

Escândalos corporativos trouxeram à tona ações de má conduta¹ praticadas por indivíduos e por organizações, ganhando notabilidade pública especialmente a partir dos anos 2000 com a ampliação do acesso à informação (GREVE, PALMER e POZNER, 2010). Nesse contexto, a má conduta é um amplo tema de estudos – não havendo consenso acerca de sua própria definição (GREVE, PALMER e POZNER, 2010). No entanto, face à pluralidade de seus estudos, suas explicações e perspectivas de análise (GREVE, PALMER e POZNER, 2010), a perspectiva que guiará este trabalho é a que trata do *wrongdoing* organizacional (PALMER, 2012).

Considerou-se como caso de *wrongdoing* organizacional a Operação Lava Jato.² A exemplo dela, muitos escândalos recebem atenção da mídia (CLEMENTE, DURAND e PORAC, 2016), que, além de estruturar o entendimento acerca desses escândalos e evidenciá-los à sociedade, figura também como um agente de controle social (GREVE, PALMER e POZNER, 2010). Não obstante, admitimos que nesse contexto de hiperinformação a construção social da realidade, antes sustentada nas interações face a face, com a emergência das relações mediadas por diferentes canais de mídia e a subversão do tempo e do espaço passa a ser *mediatizada*, ou seja, por meio da mediação de diferentes processos e agentes de mídia (redes sociais, veículos tradicionais de mídia), sustentados por aparatos tecnológicos (COULDRY e HEPP, 2017).

O *wrongdoing* organizacional, termo apresentado por Palmer (2012), descreve ações transgressoras a partir do julgamento de um agente de controle social, que neste caso é representado pela mídia. É ela que a partir de suas narrativas caracteriza e produz versões que julgam atos organizacionais e de agentes organizacionais caracterizados em suas ações individuais qualificados como desviantes de um comportamento de ações esperadas, dado o seu papel e imersão social.

Considerando, portanto, a mídia – e sua infraestrutura – como um agente capaz de aproximar, conectar, mediar a interação humana de forma relevante no contexto contemporâneo, admite-se que seja um meio de difusão de ideias e padrões institucionalmente aceitos (BOXEMBAUM e JOHNSON, 2017). Assim, “pensar sobre o mundo social e seus diferentes domínios como ‘mediatizados’ significa apreender que sua construção envolve práticas de comunicação que são, por sua vez, moldadas por processos de institucionalização e materialização de longo prazo sobre os quais nos referimos como mídia” (COULDRY e HEPP, 2017, p. 33, tradução nossa).

A partir desse posicionamento, as ideias circulam em decorrência da veiculação midiática e adquirem, em decorrência do contexto, um significado diferente dependendo do movimento de tradução em jogo (CZARNIAWSKA e JOERGES, 1996). Esse movimento pelo qual as ideias circulam é explicado pelas discussões da tradição escandinava do institucionalismo organizacional (CZARNIAWSKA e SEVÓN, 1996; BOXEMBAUM e PEDERSEN, 2009). Nessa perspectiva, ideias, práticas e ações circulam em um dado contexto e passam por uma negociação de sentido, isto é, adquirem novos sentidos a partir de cada elemento que o reproduz (WEDLIN e SAHLIN, 2017).

Evidencia-se a relevância da pesquisa, dado que a comunicação faz-se central na construção da realidade social, de modo que a mídia tornou-se o meio para a expressão e disseminação de sentidos, versões e diferentes tipos de “verdade” (COULDRY e HEPP, 2017). Diante disso, o meio pelo qual a mídia traduz esses acontecimentos, como os escândalos corporativos, são as narrativas, que articulam e disseminam sentidos e significados (CORVELLEC, 2015) e enfatizam a compreensão de fatos (DE LA VILLE e MOUNOUD, 2015), participando da sua negociação. Desse modo, apresenta-se como objetivo do trabalho, a partir de um reconhecido caso de *wrongdoing* organizacional (a Operação Lava Jato), analisar como a mídia traduz o papel dos envolvidos, os eventos, as relações, seus antecedentes e suas consequências, produzindo versões narrativas consumidas pela sociedade. Tais versões enaltecem organizações e seus “feitos e (de)/(des)/(mal)feitos” em um “palco” pretensamente investigativo, mas que de fato evidencia uma disputa pela versão eleita pelos “consumidores desse *reality show* organizacional” como a verdade representativa da sua voz. Tal papel está imerso em um contexto de eventos e relações, antecedentes e consequentes, que sustentam a ação de organizações e agentes organizacionais. Ademais, não se pretende apresentar todos

¹ O termo “má conduta” (traduzido) no contexto das organizações apresenta-se na literatura como polissêmico e objeto de uma série de abordagens teóricas diferentes – desde aquelas que trabalham com o nível do indivíduo (*misconduct*, *misbehavior*, que geralmente atrela as explicações da má conduta a “desvios de comportamento” e “perfis” psicológicos específicos de sujeitos que induzem às condutas problemáticas), até aquelas que trabalham com o nível das organizações, sob as mais diferentes epistemologias e teorias, utilizando-se de diferentes palavras, como *wrongdoing*, *fraud*, *corporate scandals*. Tendo em vista essa polissemia, a inexistência de uma palavra precisa em português que represente o conceito e a vinculação teórica de *wrongdoing*, optou-se pelo uso da palavra que representa o conceito específico em inglês nessa pesquisa.

² Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/imprensa/lava-jato>>.

os envolvidos, mas os principais, que permitam o entendimento de como suas práticas e ações – em virtude dos papéis desempenhados – resultaram em *wrongdoing* organizacional.

Justifica-se a pesquisa buscando compreender como a mídia atua na construção social da realidade social por meio de sua infraestrutura e suas práticas comunicativas a partir de seu papel como agente de controle social, pontuando a sua atuação face a eventos ou fatos inesperados, como os escândalos corporativos. Em virtude dos escândalos, concebidos à luz do *wrongdoing* organizacional, muitos são os estudos ligados aos indivíduos. No entanto, poucos contemplam os níveis meso e macro (PALMER, SMITH-CROWE e GREENWOOD, 2016). Ainda sobre o nível macro, busca-se a compreensão de como comportamentos são influenciados pelo contexto institucional e levam a resultados de *wrongdoing* organizacional, corroborando para a sua manutenção naquele contexto (PALMER, 2012). Ademais, intende-se visualizar como as ideias são traduzidas, formatadas e alteradas nesse processo (SAHLIN e WEDLIN, 2008), de maneira que uma justificativa deste estudo se relaciona à compreensão do processo de edição – tradução (WEDLIN e SAHLIN, 2017) – dos veículos midiáticos ao se depararem com um mesmo episódio de escândalo corporativo. Em complemento, aponta-se a pertinência do estudo das narrativas, na tradução e negociação dos sentidos oriundos do objeto de análise (CZARNIAWSKA, 1997).

Em relação ao caráter prático, uma justificativa está associada à relevância da Operação Lava Jato perante os veículos selecionados para a pesquisa. Dentro do período de coleta desta pesquisa identificou-se, primeiramente, que cerca de 40% das edições da revista *Carta Capital* mencionavam a Lava Jato e/ou seus envolvidos; 56% na revista *Veja*; e em torno de 22% na revista *Exame*. Diante desses dados, discute-se que o “assunto” Operação Lava Jato obteve repercussão nesses veículos, e julgou-se interessante e pertinente a escolha desse caso de *wrongdoing*. Ademais, compreender como as narrativas tornam acessíveis os sentidos perante um escândalo corporativo também alude à justificativa prática do estudo. Por fim, vislumbra-se como escândalos têm permitido a criação e o aprimoramento de políticas e práticas de gestão e a formação de gestores durante o processo dos escândalos, na tentativa de “normalizar” comportamentos considerados éticos e corretos – julgados como práticas aceitáveis pelo agente de controle social (PALMER, 2012).

REFERENCIAL TEÓRICO

Pressupostos de pesquisa: o papel da mídia na construção da realidade e a natureza narrativa da condição humana

Em vista a problemática delineada na introdução, faz-se necessário apresentar como ponto de partida os pressupostos ontoepistemológicos da pesquisa em tela. Eles sustentarão as escolhas teóricas e o delineamento das análises apresentadas.

Parte-se do pressuposto ontológico de que a realidade é socialmente construída: o mundo objetivo é subjetivamente apreendido e intersubjetivamente legitimado – legitimação intersubjetiva que se dá fundamentalmente nos processos de interação que sustentam a socialização dos sujeitos (BERGER e LUCKMANN, 2003). No entanto, se o processo descrito por Berger e Luckmann (2003) enfatiza a interação face a face, característica do contexto social em que os autores estão imersos, a sociedade contemporânea, de um modo geral, presencia um profundo processo de mediatização das interações sociais (COULDRY e HEPP, 2017), posicionando a mídia em um papel relevante na construção da própria realidade social (COULDRY e HEPP, 2017). A realidade socialmente construída (BERGER e LUCKMAN, 2003), portanto, adquire uma dimensão de complexidade maior: se antes as interações face a face constituíam o fórum dos processos de socialização e o lócus intersubjetivo da negociação das dimensões objetivas e subjetivas que sustentam os significados da realidade social (BERGER e LUCKMAN, 2003), na sociedade contemporânea a sublimação das noções de tempo e espaço nos processos interacionais mediados pela tecnologia, acessível aos sujeitos pelos diversos veículos de mídia, adiciona elementos novos ao processo de construção social (COULDRY e HEPP, 2017). Essa nova dimensão da construção social com a mídia faz parte do que alguns autores chamam de mediatização (HEPP, 2013; DEACON e STANYER, 2014).

A mediatização é um dos conceitos envolvendo a mídia e os estudos relacionados à comunicação (DEACON e STANYER, 2014). É um modo de entender como as transformações da realidade social estão relacionadas às influências midiáticas e comunicativas, que acompanharam o crescimento e a dependência da tecnologia e da mídia (HEPP, 2013; COULDRY e HEPP, 2017). Nesse contexto, Klinger e Svensson (2014) apontam que a mídia é também uma força social capaz de constituir e reconfigurar a realidade social, atuando tanto na realidade organizacional como no cotidiano dos indivíduos. Nesse sentido,

dada a sua legitimidade institucional na sociedade contemporânea, a mídia passa a ser também responsável pela interpretação e solução das questões emergentes (KLINGER e SVENSSON, 2014).

Diante disso, “pensar sobre o mundo social e seus diferentes domínios como ‘mediatizados’ significa apreender que sua construção envolve práticas de comunicação que são, por sua vez, moldadas por processos de institucionalização e materialização de longo prazo sobre os quais nos referimos como mídia” (COULDRY e HEPP, 2017, p. 33). Isso significa, portanto ultrapassar o entendimento tradicional de mídia como objeto, representado por jornal, TV e rádio, e passar a compreendê-la como um meio de comunicação que sustenta todo o processo de construção social da realidade, em que, de acordo com Couldry e Hepp (2017, p. 27), “a comunicação como uma prática de construção de sentido é o coração de como o mundo social é construído como *significativo* enquanto a mídia e sua infraestrutura tornam-se cada vez mais cruciais para as práticas comunicativas cotidianas”.

Desse modo, ao conhecer as lógicas da mídia, é possível definir a configuração de ideias, normas, princípios, rotinas e demais atividades que permitem a direção das atividades no contexto (PALLAS, FREDRIKSSON e WEDLIN, 2016). A mídia, portanto, tornou-se uma forma importante de comunicação ao possibilitar mudanças em diferentes campos, seja na política, nos esportes, na cultura e, sobretudo, nos negócios (PALLAS, FREDRIKSSON e WEDLIN, 2016). Dessa forma, é possível a construção da realidade, além do entendimento do mundo social, quando as organizações e os atores interagem entre si, recorrendo à mídia como meio (HEPP, 2013).

Dada essa posição ontológica, argumentamos que uma forma frutífera de apreender esse processo de mediação – que confere à mídia o papel de tradutora dos sentidos e significados consumidos pela sociedade em geral a respeito de fatos por ela veiculados – se dá por meio das narrativas produzidas e disseminadas pela mídia. Assim, situamos epistemologicamente a pesquisa na tradição dos estudos das narrativas, oriundos da virada narrativa e que as posicionaram como centrais na constituição da realidade social (CZARNIAWSKA, 2004). As narrativas e as histórias são partes do processo de narração. As narrativas focam em tópicos, ideias, personagens e situações dentro de um contexto particular. Destaca-se a atenção para exploração de conteúdo de vários textos, conversas, diálogos, documentos oficiais, notícias de jornais e sites de internet, em que a análise narrativa pode fornecer *insights* de como o sentido é partilhado e socialmente construído (GRANT, HARDY, OSWICK et al., 2004).

As narrativas, portanto, estão vinculadas à interação humana e à criação de um senso de sentidos e significados (CORVELLEC, 2015). São representações de eventos os quais estão conectados e limitados no espaço e no tempo, possibilitando comunicar e interagir com outras partes para contar ou compartilhar uma história (BRIANT, HALTER, MARCHELLO et al., 2016). É um processo que conta com uma ordem específica, com começo, meio e fim seguidos de uma conclusão, utilizando-se, para tanto, várias formas de expressão, sejam transmitidas via oral, escrita, áudio e/ou vídeo (HÖYKINPURO e ROPO, 2014).

Diante disso, o *storytelling* é o processo pelo qual as histórias são compreendidas, conhecidas e contadas. Por meio delas é possível gerenciar os significados, de maneira que seja o meio para criar e comunicar uma realidade, compondo, dessa maneira, o processo narrativo (GABRIEL, 2004). Assim, as narrativas e o *storytelling* adentraram e utilizam-se, cada vez mais, dos mecanismos da mídia e da interface digital, de modo a legitimar ideologias e construir o sentido que vinculam as ações organizacionais em resposta às várias demandas ambientais, dos *stakeholders* e das instituições às quais estão submetidas (HÖYKINPURO e ROPO, 2014).

Face ao exposto, as narrativas aqui são compreendidas como mantenedoras do processo de comunicação na construção do mundo social; o homem é compreendido como *Homo narrans* (FISHER, 1984), concepção que fundamenta a ideia de que o homem se envolve na elaboração de histórias que articulam sentidos, os quais garantem plausibilidade à sua existência, dando sentido à vida. Assim, as narrativas produzidas no processo de tradução, em que a mídia adquire papel de tradutora, dada a sua legitimidade sustentada na discussão ontológica inicial, constituem parte essencial da compreensão da realidade social. Não obstante, figuram não só como fragmentos (quando considerados os textos narrativos produzidos isoladamente), mas parte de uma narrativa maior que sustenta uma versão significativa que carrega pressupostos, interesses, esquemas interpretativos, relações, elementos históricos, situacionais, e assim a compreensão “[d]o sentido e o significado da vida em todas as suas dimensões, [o que] requer a compreensão da estrutura narrativa que a acompanha” (FISHER, 1984, p. 3).

A tradição escandinava do institucionalismo organizacional e a perspectiva da tradução: demarcação do referencial de análise do processo de tradução

Na tradição de pesquisa escandinava, o foco é entender como as ideias, práticas e ações circulam dentro de um contexto, assumindo a cada etapa um possível novo significado, destacando que conforme as ideias circulam elas se tornam a base com a qual as organizações são formadas, percebidas e avaliadas (WEDLIN e SAHLIN, 2017). A esse processo é dado o nome de tradução, cujo papel no processo interpretativo é o de como as ideias adquirem significados diferentes em relação ao seu contexto e aos vários elementos. A partir disso, uma ideia, prática ou ação ganha novo sentido. Esse processo, portanto, pode indicar caminhos para se compreender como e por que diferentes versões narrativas são produzidas por diferentes agentes de mídia em relação aos (aparentemente) mesmos fatos (WEDLIN e SAHLIN, 2017).

O processo de tradução não possui fim, dada a forma como as ideias viajam e circulam em determinados ambientes, proporcionando identificar, selecionar e dar sentido às instituições à medida em que cruzam diferentes contextos (PALLAS, FREDRIKSSON e WEDLIN, 2016). Sendo assim, e em consonância ao que Czarniawska e Joerges (1996) escreveram, a circulação de ideias é um processo contínuo de edição que envolve vários editores, ou os aqui chamados tradutores. Ao passo que elas circulam e se movimentam em vários lugares, cada tradutor, ao atribuir sentidos às ideias, torna-se cocriador (CZARNIAWSKA e JOERGES, 1996).

Durante o processo de tradução, as ideias, os objetos e as práticas afetam não apenas o que é traduzido, mas também seus tradutores (CZARNIAWSKA e SEVÓN, 2005), com base nos diversos conhecimentos e práticas de seus tradutores (CZARNIAWSKA e JOERGES, 1996). A tradução, portanto, é concebida como um processo complexo de negociação pelo qual significados, reivindicações e interesses são modificados e adquirem novos sentidos. Nesse processo, há negociação entre os vários participantes do ambiente institucional, pois há combinação e adequação de ideias, ações e práticas que resultam em novos olhares frente às ideias (OSEI-AMPONSAH, PAASSEN e KLERKX, 2018).

Uma melhor compreensão desse processo de tradução pode ser discutida a partir do trabalho de Callon (1986), cujo propósito é apresentar o entendimento de tradução a partir do papel da ciência e da tecnologia na estruturação das relações de poder dentro do campo das ciências sociais. As ciências sociais são problemáticas na medida em que os problemas tratados por esse campo científico não são tão técnicos quanto na engenharia e nas ciências naturais. Há uma profusão teórica de explicações em torno da mesma problemática e, ainda, uma dificuldade metodológica para apreender o fenômeno em questão. Nesse sentido, Callon vai discutir o movimento de tradução no qual os cientistas sociais estão imersos, a fim de poder elaborar seu trabalho explicativo, defendendo que, para isso, passam por quatro fases inter-relacionadas, que constituem esse processo de tradução: 1) a problematização (*problematization*); 2) o interessamento (*interessement*); 3) a inscrição (*enrolment*); e 4) a mobilização (*mobilisation*). Partindo da discussão de Czarniawska e Sevón (2005) e Czarniawska e Joerges (1996), entende-se que esse processo não ocorre somente na ciência, mas quando ideias e práticas não consensuais, problemáticas e em busca de definição circulam. Este é o caso do objeto de estudo (um caso de *wrongdoing* organizacional) em questão, na disputa entre os diversos agentes de mídia pela tradução do sentido a ser consumido pela sociedade em geral.

Posto isso, a fase de problematização refere-se a um momento do processo de tradução em que a situação problemática começa a ser definida de forma que o agente de mídia se situa como indispensável na trama narrativa desenvolvida. Ou seja, sua atuação para revelar, analisar e trazer a público o que antes estava obscuro é fundamental para que o público em geral possa conhecer “quem é quem” na história. Observa-se que a elaboração narrativa aqui, engajando significados, esquemas interpretativos e personagens, é fundamental para que a legitimidade do agente de mídia seja mantida e o sentido da versão em negociação possa ser plausivelmente articulado.

Na segunda fase de interessamento, os agentes de mídia passam a definir uma série de argumentos e “evidências” que sustentam a sua versão como a versão “correta” dos fatos, e que tornaria todos os outros atores (no caso outros agentes de mídia) porta-vozes ilegítimos de uma determinada versão. Nessa fase, observa-se que os agentes de mídia começam a eleger seus personagens, evidenciar alguns eventos e privilegiar alguns dados e evidências em detrimento de outros. Importante ressaltar que, ainda que isso não fosse uma questão presente para Callon (1986), a admissão de um processo de mediação, conforme discutimos aqui, faz com que a possibilidade de difusão das diferentes versões alcance (em um tempo curto e um espaço de grandes proporções) dimensões impossíveis nas dinâmicas próprias da interação face a face. Assim, cada versão encontra seu público defensor e difusor, fazendo com que elas possam coexistir, ainda que algumas versões tendam a se sobressair sobre outras.

Isso nos faz discutir a terceira fase do processo de tradução, a inscrição: aqui os agentes de mídia utilizam-se de uma série de estratégias – resgate de eventos passados, de ligações e inter-relações entre personagens e seus papéis, contexto, fragmentos de narrativas de outros contextos –, a fim de articular os diferentes atores e papéis na rede de relações. Na narrativa produzida pelos agentes de mídia, esses atores parecem aceitar e figurar conforme os personagens criados a partir dessas diferentes estratégias, e conferem ainda mais plausibilidade para a versão em negociação.

Por fim, a fase de mobilização é aquela em que o agente de mídia procura garantir que nessa negociação pela versão “verdadeira” ele seja eleito o porta-voz daquela versão. Pretende, então, que ela represente efetivamente muitos outros atores sociais, os quais, ao se reconhecerem naquela versão, passem a compartilhá-la como se fosse sua e a conceder a “autorização” para que aquele agente de mídia, enfim, cumpra seu intento. Tal agente busca nesse processo de tradução adquirir legitimidade e atuar como um agente de controle social, uma vez que essa coletividade no processo de construção social da realidade midiática lhe concedeu o poder da voz para atuar como tal. Assim, o processo de tradução pode ajudar a explicar como os agentes de mídia podem atuar tanto como mediadores de interpretações quanto como agentes de controle social. Da mesma forma, suas narrativas fragmentadas podem nos levar a uma grande narrativa produzida nesse processo de tradução.

Os escândalos corporativos sob a perspectiva do *wrongdoing* organizacional

Os escândalos corporativos chamam atenção da sociedade após ações e atividades consideradas impróprias, inadequadas e escandalosas (AGUILERA, DESENDER, BEDNAR et al., 2015) evidenciarem as práticas de má conduta organizacional praticadas tanto por indivíduos como organizações (PALMER, 2012). A má conduta é um tema recorrente dentro de estudos e pesquisas organizacionais (GREVE, PALMER e POZNER, 2010), não havendo, entretanto, um consenso acerca de sua definição.

Para os fins desta pesquisa, a perspectiva de análise será a do *wrongdoing* organizacional (PALMER, 2012). O conceito do termo *wrongdoing* é abrangente e passível de muitas definições. Por vezes, está relacionada à caracterização de comportamentos negativos e violações não apenas legais, mas também sociais e éticas (POLLOCK, MISHINA e SEO, 2016). São três as categorias para julgar atos de *wrongdoing*. De acordo com Palmer (2012), elas correspondem às leis e a legislação vigente, aos princípios éticos e às questões de responsabilidade social.

Existem duas perspectivas contrastantes pelas quais um fenômeno pode ser observado: o anormal e o normal. Quando analisados sob perspectiva da anormalidade, perspectiva mais convencional e mais popular, os atos de *wrongdoing* são em geral definidos como aberrações que fogem da normalidade esperada. A perspectiva anormal do *wrongdoing* não oferece condições suficientes para o entendimento do *wrongdoing* organizacional. Nesse contexto, uma alternativa se apresenta como contraponto, retratando tal fenômeno como sendo normal – no sentido de que diante, das condições organizacionais, a adoção de um comportamento de *wrongdoing* não é uma aberração, mas resultado de todo um sistema condicionante, no qual comportamentos aceitos socialmente de forma isolada, quando analisados em conjunto e em configuração, resultam em *wrongdoing* organizacional. Por fim, a última característica apontada por Palmer (2012) é de que a perspectiva normal é onipresente, existindo em muitas organizações, com maior exposição midiática nas grandes. São comportamentos que levam a fraudes, esquemas e tragédias, incluindo organizações, ordens religiosas, nações e demais negócios. Face a isso, neste trabalho, compreende-se o *wrongdoing* organizacional pela perspectiva do *normal wrongdoing*, em que a configuração de uma série de práticas cotidianas, aparentemente aceitas, pode levar a escândalos de grandes proporções, principalmente quando envolvem agentes de diferentes naturezas – públicos, privados, de controle entre outros. Desvelar esse imbricamento de relações entre esses diferentes agentes parece ser o ponto central das narrativas produzidas pela mídia na sua busca por apresentar a versão “correta e verdadeira” dos acontecimentos, os quais são verdadeiras teias de pequenas e grandes práticas que sustentam o *wrongdoing* organizacional, quando observado pela perspectiva da normalidade (PALMER, 2012, 2013).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A partir do objetivo delineado, assume-se que a abordagem da pesquisa é qualitativa, pautada na análise de narrativas. Optou-se como marco de delineamento temporal a data da deflagração da Operação Lava Jato, objeto deste estudo, em 17 de março de 2014 até 30 de novembro de 2018, caracterizando o recorte como transversal, com aproximação longitudinal (HAIR JUNIOR, BABIN, MONEY et al., 2005).

A estratégia de pesquisa utilizada para o alcance do objetivo é a pesquisa narrativa (CONNELLY e CLANDININ, 1990). “Tudo é uma narrativa ou ao menos pode ser tratado como uma. Geralmente, entretanto, uma narrativa é entendida como um texto falado ou escrito acerca de um evento/ação ou séries de eventos/ações, cronologicamente conectados” (CZARNIAWSKA, 2004, p. 17, tradução nossa), revelando-se ser a estratégia mais adequada para o alcance do objetivo.

Para a coleta de dados, fez-se uso de dados secundários. Realizou-se primeiramente um levantamento com o intuito de identificar quais as mídias mais acessadas para obter informações acerca de escândalos corporativos. A partir dos resultados, observou-se que a maioria dos respondentes se utilizava de mídias on-line para acessar informações. De conhecimento dessas informações, foram escolhidas três revistas entre as várias fontes apontadas também nesse levantamento inicial.

Considerou-se para os fins desta pesquisa as revistas *Carta Capital*, *Veja* e *Exame*. Um dos critérios de escolha desses três agentes de mídia foi o seu foco editorial. Aqui é necessário pontuar o local de fala – ou, como afirma Rosinha (1989), o ponto de vista do veículo – de cada uma das revistas. O conhecimento do foco, ou de suas preferências e da linha de argumentação, possibilita compreender como os conteúdos são gerados e sob quais embasamentos, o que parece ser de fundamental relevância no contexto do processo de tradução. Tem-se que o entendimento do foco de cada veículo permite a compreensão de como as ideias são traduzidas, como novos sentidos e significados de uma mesma ideia podem ser relacionados.

Sendo assim, tem-se que a *Carta Capital*, da Editora Confiança, apresenta enfoque predominante político, de caráter militante e partidário. Observou-se que as revistas *Veja* e *Exame*, ambas de propriedade da Editora Abril, expõem cada qual um foco específico em suas publicações. A *Veja*, assim como a *Carta Capital*, é de cunho político, adotando uma postura militante, sobretudo contrária ao governo vigente à época. De outro lado, tem-se a *Exame*, com uma linha argumentativa principalmente pautada em indicadores econômico-financeiros. Sua linha denota questões que envolvem os impactos para a sociedade e a economia de uma forma geral.

O acesso se deu pelo Go Read,³ site que dispõe de um acervo de revistas on-line, entre as quais encontram-se as escolhidas para este trabalho. Devido à grande quantidade de dados, em uma primeira aproximação, decidiu-se selecionar as edições de capa desses veículos pela relevância e pelo conteúdo perante o público, e por darem visibilidade aos assuntos (ROCHA, BOROSKI e CARVALHO, 2017). Em uma primeira análise e aproximação, encontrou-se um número altíssimo de informações, e foi possível observar muitas repetições. Dado que o objetivo da análise não se referia a trabalhar com volume, frequência e repetição de palavras/ideias, e sim narrativas e significados traduzidos, optou-se por selecionar as reportagens de capa. Essas reportagens de capa geralmente têm por objetivo em um veículo de mídia destacar um conteúdo e chamar atenção do público, dando a tônica do que será veiculado.

Os dados coletados passaram por três ciclos de apreensão. No primeiro, foram consideradas todas as reportagens que mencionassem a Operação Lava Jato e seus possíveis envolvidos, a julgar pela aparição desses termos nas manchetes de capa e nas pequenas chamadas expostas na capa das revistas. Em um segundo momento, os dados encontrados foram organizados em uma planilha, e novamente fez-se a leitura de todas as reportagens coletadas para selecionar o que seria considerado adequado para compor a base de dados. Esse processo partiu de dois critérios: se a notícia de fato era de capa e se os registros continham informações acerca da Operação Lava Jato e/ou seus envolvidos. Após esse procedimento, definiu-se a quantidade de edições e páginas para a execução dos processos de análise. Cabe salientar que a distinção em relação às edições é necessária apenas para categorizar e quantificar o número de capas que compõe o *corpus* de análise. Ao final, chegou-se à quantidade de dados a ser analisados. A partir disso, procedeu-se a terceira etapa de apreensão, com auxílio do *software* Atlas.ti, para a sistematização dos dados e a construção da grande narrativa traduzida pelo agente de mídia durante o período, composta pelos diversos fragmentos narrativos de todo o processo de tradução, analisado a partir das capas. Foram utilizados princípios da análise de conteúdo para codificar todas as páginas, as quais foram novamente lidas. Não obstante o programa estar comumente associado à análise de conteúdo, nesta pesquisa foi utilizado para a organização dos dados (SALDAÑA, 2013), de modo a permitir o cumprimento do objetivo deste trabalho. A quantidade de edições nas quais se identificaram essas informações e de páginas enumeradas encontradas está disposta no Quadro 1.

³ Disponível em: <www.goread.com.br>.

Quadro 1
Resumo dos ciclos de leitura

Veículos de mídia	Primeiro ciclo	Segundo ciclo
<i>Carta Capital</i>	94 edições – 1.636 páginas	76 edições – 1.297 páginas
<i>Veja</i>	158 edições – 2.495 páginas	129 edições – 2.081 páginas
<i>Exame</i>	25 edições – 378 páginas	13 edições – 178 páginas
TOTAL	277 edições – 4.509 páginas	218 edições – 3.556 páginas

Fonte: Elaborado pelos autores.

Dado que, para Shuman (2012, p. 125, tradução nossa), “a narrativa é um recurso cultural para negociar o significado por meio das relações em contextos culturais, históricos e sociais locais”, percebe-se que as narrativas carregam significados e sentidos que possibilitam modificar ou criar um entendimento acerca de situações traumáticas que alteram o fluxo da vida cotidiana (SHUMAN, 2012). Nesse sentido, utilizou-se de sua proposta para a análise narrativa, conforme características pontuadas no quadro 2.

Quadro 2
Proposta de análise narrativa

Características	Descrições e direcionamentos
Capacidade de comunicação	O que faz de uma estória merecedora ou não de ser contada? Essa característica evidencia o que se conta, quem conta a quem e sob que circunstâncias.
Propriedade, direito e apoio	Questiona-se qual o posicionamento frente aos eventos reportados e à audiência, e como os narradores se posicionam.
Gênero e estilo	As estórias frequentemente combinam diferentes gêneros. Os estilos e a forma com as estórias são contadas podem expressar o seu posicionamento. Nesse sentido, relativamente a essa característica, questiona-se qual a forma da estória apresentada.
Intertextualidade e narração dialógica	Como a intertextualidade é utilizada dentro do processo de contar estórias, carregando-se concepções, opiniões, reflexões e novos sentidos?
Categorias narrativas e sociopolíticas	Múltiplas vozes e narrativas podem se fazer presentes em uma estória. Indaga-se nesta característica, dessa forma, quem são essas vozes e quais os seus papéis na narrativa.
Conclusões da narrativa	Análise da interação narrativa objetiva entender como as narrativas são utilizadas para negociar os sentidos e significados acerca de um dado evento. Sendo assim, quais são esses significados? Como as narrativas são utilizadas para tal feito?

Fonte: Modificado de Shuman (2012).

A estrutura para análise narrativa idealizada por Shuman (2012) alude aos significados negociados pela disseminação das narrativas no contexto, como recursos culturais e linguísticos. Dado que as narrativas são a forma de expressar sentidos e significados expressando ideias, concepções e opiniões (CZARNIAWSKA, 1997), a escolha pelo caminho indicado por Shuman parece ser uma escolha acertada, visto que é condizente com a concepção das narrativas no processo de tradução (CZARNIAWSKA e SEVÓN, 1996; SAHLIN e WEDLIN, 2008; WEDLIN e SAHLIN, 2017). Nesse sentido, a análise pautou-se em estruturar a partir das codificações realizadas os aspectos que puderam estar inter-relacionados de modo que um entendimento maior e uma sequência de eventos pudessem contextualizar e ser expressas em narrativas. Aqui faz-se ainda necessário apontar que, de acordo com Boje (2001), existe o fato de as narrativas muitas vezes se apresentarem de modo difuso, fragmentado. Nessa

acepção, o esforço empreendido foi no sentido de conciliar as antenarrativas (ou os fragmentos narrativos durante o tempo delimitado para coleta dos dados) identificadas, que ao final da análise puderam ser utilizadas para a construção das “grandes” narrativas apresentadas neste estudo, as quais caracterizam a narrativa traduzida ao grande público pelo agente de mídia analisado. Não obstante, ressalta-se que, em consonância com o que escreve Boje (2001), dada a não linearidade das narrativas e das múltiplas versões muitas vezes fragmentadas, não há um protocolo a ser usado de maneira fixa ou estruturada. Sendo assim, a análise narrativa assumida nesse trabalho não tem caráter estruturalista.

Tendo apresentado os procedimentos metodológicos, a seguir analisam-se os dados.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Analizando as narrativas emergentes dos veículos midiáticos

As narrativas no processo de tradução carregam as ideias e as levam de um contexto a outro (CZARNIAWSKA, 1997), possibilitando conhecer a “versão da verdade” (BROWN, 2006) de cada veículo de mídia. Ao ser analisados os três agentes de mídia selecionados e justificados para esta pesquisa, foi possível identificar narrativas emergentes – atreladas ao seu posicionamento, versão de verdade e interpretação – dos fatos e dos papéis referentes à Operação Lava Jato.

Carta Capital

A revista apresenta duas narrativas muito bem pontuadas. Notadamente, há uma narrativa entre março de 2014 e dezembro de 2015 e outra de janeiro de 2016 a novembro de 2018. As narrativas seguem dispostas:

A Operação Lava Jato é um instrumento que busca erradicar a impunidade, punindo seus corruptores, tornando assim o país mais justo

O entendimento dessa narrativa acerca da Operação Lava Jato está relacionado à então eminente tarefa de dismantlar um suposto esquema que teria desviado e lavado cerca de 10 bilhões de reais da estatal brasileira Petrobras, alvo de uma crescente onda de denúncias de corrupção, evidenciando-se um cenário fértil e propício para a instauração de uma operação que viria a ser responsável por combater e expor a corrupção no país (DRUMMOND, 2014). Em virtude disso, a revista assinala e se posiciona quanto à possibilidade de punir os culpados e à desarticulação do esquema. Nesse contexto, afirma-se que “por um hábito arraigado e ancestral, quem paga propina no País raramente é punido” (BARROCAL e SERAPIÃO, 2014, p. 2). Diante do excerto apresentado, pode-se inferir que a intenção primeira do veículo é associar a Operação Lava Jato a uma forma de punir os que até então, permanecem impunes.

Em relação aos papéis desempenhados, destaca-se o de Paulo Roberto da Costa como a engrenagem por trás de todo o esquema dentro da Petrobras, considerado o arquiteto da “rede de corrupção” investigada pela Lava Jato. O doleiro Alberto Youssef é caracterizado como “pagador de propina” – ou também líder – e intermediário entre as empresas envolvidas e a estatal Petrobras (BARROCAL e SERAPIÃO, 2014). O juiz Sérgio Moro, mencionado, por ora, como juiz decisor dos processos na esfera cível, “é especialista em crimes contra o sistema financeiro e lavagem de dinheiro, e comanda as ações judiciais da Operação Lava Jato desde o início” (BARROCAL, 2014, p. 6).

A Petrobras é tratada como vítima, e, por conta do que se apurou na operação, “problemas com fornecedores, processos de minoritários, suspensão da publicação do balanço, problemas de caixa e novas denúncias de irregularidades marcam o início do ano para a Petrobras” (DRUMMOND, 2015, p. 2). As empreiteiras envolvidas nos escândalos são pouco mencionadas.

Em relação ao posicionamento da narrativa, pode-se inferir que a sua mensagem principal está relacionada ao fim da impunidade. Trata-se de mencionar que ela ainda persiste, mas que com o avanço das investigações da Operação Lava Jato essa realidade pode ser alterada. Não somente isso, mas o apontamento dos principais corruptores nesse esquema. Nesse primeiro enredo narrativo, permitiu-se contextualizar a narrativa e os seus devidos papéis. Evidencia-se, assim, a intertextualidade da narrativa quando traz enfoques que possibilitam à audiência conceber que a Operação Lava Jato é um meio para um fim. Carrega em suas narrativas concepções que permitam compreender que a operação é benéfica para livrar o país da corrupção e da impunidade.

A Operação Lava Jato é um artifício criado para atingir e dismantelar o governo vigente

A outra narrativa intensifica-se a partir de 2016 e discute a validade da Operação Lava Jato e a sua real finalidade. Isto posto, lê-se que “a radicalização tomou conta do País após uma escalada policial, judicial, midiática e política contra o governo e o PT [Partido dos Trabalhadores]” (BARROCAL e MARTINS, 2016, p. 2). O novo posicionamento narrativo ocorre em virtude da perseguição contra o PT e dos riscos que o governo de Dilma Rousseff sofreu em função das investigações. Denota-se, portanto, o novo contexto no qual a Operação Lava Jato está inserida. É um ambiente que apresenta riscos ao governo e que aponta novos papéis a personagens conhecidos. O discurso muda drasticamente, uma vez que o foco passa a não mais ser o da Operação Lava Jato contra a impunidade e a corrupção, mas sim contra o governo, representado pelo partido e pela presidente da República à época. O enfoque muda, assim como seu enredo e seus personagens. É possível identificar que houve uma mudança no enredo narrativo. Nota-se que o estilo das notícias também se modificou. Ele assume um caráter marcado e militante, expondo o descontentamento com a Operação Lava Jato à medida que tenta derrubar e desmoralizar o governo.

Em relação aos personagens e seus papéis, apontam-se, agora, como vítimas os ex-presidentes Luís Inácio da Silva e Dilma Rousseff (COMBRA, 2016; BARROCAL, 2016). Ao longo das edições analisadas, percebe-se que o posicionamento da revista trabalha a narrativa de modo a explicitar que a Operação Lava Jato busca um golpe de estado contra a presidente à época em exercício de mandato, Dilma Rousseff. Não apenas isso, mas a revista tenta reverter a imagem que a mídia e os rumos da Operação Lava Jato estruturaram em relação a Lula, por exemplo. Torna-se clara a opinião desse veículo e a sua intenção em estruturar uma nova imagem para a “desgastada” imagem criada para o ex-presidente em função da Operação Lava Jato. Nesse contexto, o papel de Sérgio Moro modifica-se, apontado como um decisor com juízo de valor (BARROCAL e BEIRANGÊ, 2015).

Ainda, sobre o *impeachment*, a revista é categórica ao afirmar que o Partido dos Trabalhadores e a até então presidente são vítimas de um golpe contra a democracia (BARROCAL, 2016). Por conseguinte, o desfecho da narrativa é sabido. Dilma Rousseff fora deposta e seu vice assume a presidência. A revista adianta-se em declarar que o golpe fora uma manobra vinculada à Operação Lava Jato, à mídia e aos partidos de oposição. Fica para essa narrativa que a inserção de novos personagens e a militância da revista fomentaram a narrativa apresentada. Seu estilo, suas opiniões e seus posicionamentos foram modificados à luz de uma empatia político-partidária-militante.

Veja

Pôde-se perceber que há a expressão e o desenvolvimento de uma grande narrativa no que se refere à atuação da Operação Lava Jato e aos seus envolvidos. Sendo assim, a narrativa atrela a operação a um meio para desvelar o maior escândalo de corrupção brasileiro, expondo seus corruptores, os financiamentos ilícitos de campanha e utilização de dinheiro público desviado nos partidos e por políticos. Não obstante, a narrativa trata ainda da prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do *impeachment* de Dilma Rousseff. Dado o grande volume de material coletado, a análise apresentará os trechos mais pertinentes para a concepção da análise como um todo. Isto posto, a análise da narrativa segue disposta:

A Operação Lava Jato desvelou o maior escândalo de corrupção do país, expondo uma rede de corrupção entre empresas e partidos políticos, que beneficiou o governo da época, prendeu um ex-presidente e levou ao *impeachment* de outro

A narrativa de *Veja* é engendrada, contada de maneira que a audiência possa perceber uma progressão desde a deflagração da Operação Lava Jato até o final de 2018, período do fim da coleta. A revista caracteriza a Operação Lava Jato como o maior escândalo de corrupção já apurado no Brasil (BONIN, RANGEL e PEREIRA, 2014). “A Lava-Jato pode entrar para a história do país como o mais duro golpe já aplicado contra o crime organizado” (BONIN, 2014, p. 7).

De início, a revista aponta Paulo Roberto da Costa e salienta seu papel como cérebro do esquema, administrando as remessas de dinheiro oriundas do banqueiro do esquema, Alberto Youssef (BONIN, 2014; RANGEL e MARQUES, 2014), e as distribuindo a políticos e partidos políticos. Rangel e Marques (2014, p. 2) destacam que “políticos e prestadores de serviços estão interligados em um consórcio criminoso montado para fraudar contratos na Petrobras, enriquecer seus membros e financiar políticos e partidos”. Dito isso, evidencia-se a principal destinação do dinheiro público da Operação Lava Jato, que servia de meio para enriquecimento ilícito a partir de práticas de corrupção, e uma forma de financiamento de campanha e de suporte a políticos e a seus partidos (BONIN, 2014).

O papel de vítima é associado à Petrobras, de onde o dinheiro é desviado, e nela a “quadrilha opera”. Em trecho destacado por Bonin, Rangel e Pereira (2014, p. 2) revela-se que há tempos a Petrobras é vista “como arma política”. A narrativa aborda uma série de estórias que compõem o entendimento maior da construção da narrativa, com enfoque nos aspectos políticos e nos personagens envolvidos.

Em relação às empreiteiras envolvidas, pouco mencionadas, tem-se que havia um clube de empreiteiras que negociavam com a Petrobras e pagavam propina para realizar negócios (RANGEL, BONIN e MEGALE, 2015). A “quadrilha” era chefiada por Ricardo Pessoa, da UTC Engenharia (RANGEL, 2015). Nota-se que a revista começa a dar a voz aos outros envolvidos que não os da esfera política. Percebe-se que, ao possibilitar que Ricardo Pessoa fale, dá voz às empreiteiras envolvidas no caso, que até então não tinham sido foco das notícias reportadas.

A partir do exposto, compreende-se que a intenção da revista é atrelar o esquema dos desvios ao enriquecimento ilícito do PT. Esse enredo está por trás de toda a narrativa da revista. O veículo, ao que parece, busca enaltecer que o esquema “era algo mais complexo, institucionalizado” (RANGEL, BONIN e MEGALE, 2015, p. 7), visto que assume que o “PT desviou meio bilhão de reais dos cofres da Petrobras ao longo de dez anos. O dinheiro foi usado, entre tantas coisas para financiar as campanhas eleitorais do partido de 2010 e 2014” (PEREIRA e BONIN, 2015b, p. 2).

Dado esse viés às narrativas, as demais notícias são apresentadas de modo a “desmascarar” o esquema e anunciar seus impactos políticos. As reportagens carregam forte posicionamento político expresso em função da participação do ex-presidente no esquema. Pela forma expressa das notícias, é possível perceber a intertextualidade sendo utilizada como um rico recurso na negociação dos sentidos. Essa negociação visa, sobretudo, posicionar os papéis de cada envolvido dentro da narrativa, dada a sequência de descobertas.

Em razão da exposição do ex-presidente, outra figura importante na narrativa, é a do juiz Sérgio Moro, que Lula considera arbitrário (PEREIRA e BONIN, 2015a). No entanto, ele é considerado uma espécie de “salvador” e “tornou-se um juiz mais duro, não na dosimetria das penas, mas na acidez das críticas que agora permeiam suas sentenças, e tornou-se, também, um juiz mais indignado com o cortejo de tramoias que contaminam o processo democrático” (PETRY, 2015, p. 3).

A Operação Lava Jato conduziu a democracia brasileira a um de seus episódios mais marcantes, o segundo *impeachment* em toda a sua história. “Por 61 votos a 20, os senadores aprovaram o *impeachment* de Dilma e encerraram um período de treze anos de governo do PT, atendendo ao clamor de milhões de brasileiros que foram às ruas em manifestações históricas” (PEREIRA e BRONZATTO, 2016, p. 2). Com a destituição de Dilma, os olhares voltaram-se ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A revista pontua que o comandante do esquema era o ex-presidente (PEREIRA, 2016), e que ele e Dilma Rousseff sabiam de todo o esquema. Lula, conseqüentemente, é preso, dado o seu envolvimento.

Nota-se, na narrativa, que a participação e menção das empreiteiras é diminuta e pouco destacada. O foco é ilustrar o desenrolar da trama na esfera política brasileira, apontando os efeitos da Operação Lava Jato nessa esfera e desvelando corruptores e seus papéis na trama.

Com isso, encerra-se a narrativa do veículo. Seu final remete à prisão do ex-presidente. Para chegar até esse momento, a narrativa constrói um caminho, direcionando a audiência às motivações e visões acerca da posição da Operação Lava Jato no contexto brasileiro, posicionando-se politicamente. Observou-se que não era de interesse da revista veicular fatos econômicos ou a situação das empresas envolvidas, apesar de em alguns momentos mencioná-las. Sua narrativa, contudo, reproduz uma crítica ao sistema que envolveu membros do governo para a manutenção de políticos em seus cargos e a perpetuação de uma cultura de corrupção entre os agentes governamentais. Por fim, tenta demonstrar que ninguém está acima da lei, no sentido de a impunidade estar sendo combatida, haja vista os esforços de Sérgio Moro, as várias prisões efetuadas e a destituição de uma ex-presidente no maior cargo da República como consequência.

Exame

A construção do enredo narrativo desta revista emerge do entendimento de que a corrupção é uma prática repudiável e maléfica à economia, às empresas e à sociedade, sendo então a principal narrativa deste veículo.

A corrupção é uma prática repudiável e maléfica à economia, às empresas e à sociedade

Dado o foco da revista *Exame*, a narrativa não enfoca especificamente seus personagens e seus papéis no esquema investigado pela Operação Lava Jato, mas sim em como a corrupção é maléfica à economia brasileira e às suas empresas (PADUAN e RODRIGUES, 2014). Com o escândalo que deflagrou a operação, ressaltou-se que o dinheiro era oriundo de pagamentos de empresas à Petrobras (FILGUEIRAS e BÔAS, 2014). Obras paralisadas, projetos adiados, investimentos diminuídos e vendas de participação acionária foram algumas das consequências que empurraram a economia brasileira para baixo (FURLAN, FILGUEIRAS e BAUTZER, 2015).

Percebe-se que o enfoque maior é dar voz a essas complicações que atingiram não apenas as empresas, mas impactaram significativamente a economia, as próprias empresas e a sociedade. Diante do quadro que se apresenta, pode-se observar que práticas de corrupção foram institucionalizadas no âmbito dos contratos públicos. A dita regra do jogo era de conhecimento de todos, tomando-se por recorrente tal prática. Evidencia-se a corrupção dita sistêmica, impregnada nas entranhas morais que regem os contratos públicos (MORO, 2016). Observa-se que a revista coloca a Operação Lava Jato como uma expressão do combate à corrupção. Não apenas isso, mas expõe que a corrupção tem causado malefícios, sobretudo, à economia. Nesse sentido, posiciona-se a revista como opositora dessas práticas que causaram e impactaram a economia e o funcionamento do sistema financeiro brasileira e a saúde das empresas envolvidas diretamente ou não no esquema.

A forma de abordagem, usualmente, é carregada de dados apresentados como evidências que comprovam como a corrupção tem corroborado com a crise econômica evidenciada com o avanço das investigações da Operação Lava Jato. A maioria das reportagens que compõem o arcabouço da narrativa aponta dados, números e informações que levam o leitor a associar e relacionar os malefícios da corrupção de forma visual e aplicada.

Nota-se, contudo, que o sentido que se propõe delinear na narrativa é o de conduta. Posto de outra forma, todo o enredo narrativo se propõe a apontar como as empresas e as atitudes dos envolvidos levaram ao funcionamento do esquema e ao desvio de dinheiro público. Essa dita opinião é compartilhada e pode ser observada na narrativa.

Finalmente, a narrativa revela e demonstra como esses escândalos podem impactar toda uma sociedade. Desvios de recursos públicos impactam o andamento e o funcionamento de uma estrutura de governo que atenda à população, ampare as empresas e estabeleça uma estabilidade financeira que suporte as operações econômicas. Com a Operação Lava Jato, tudo fora posto em xeque. Ainda, para fins de conclusão, a narrativa não enfoca no papel dos envolvidos. Eles são sutilmente mencionados na trama. É possível identificá-los, mas o foco da narrativa é apresentar as consequências econômicas de um modo geral.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Descritas as narrativas encontradas a partir da análise, discute-se a seguir esses dados à luz da problemática proposta, dos pressupostos assumidos e dos aspectos teóricos delineados.

Partindo da problemática evidenciada, em que se propôs analisar como a mídia traduz o papel dos envolvidos, os eventos, as relações, seus antecedentes e suas consequências, de modo a produzir versões narrativas consumidas pela sociedade, é possível compreender, primeiramente, que as narrativas apresentadas não evidenciam somente o apontamento de atores, papéis etc., mas engendram isso em relações fundamentais para sustentar o lastro de sentido plausível da narrativa.

Entendendo a tradução como um processo, a análise dos fragmentos narrativos (ou antenarrativas) e a construção da grande narrativa construída ao longo do tempo, é possível perceber que as diferentes fases do processo de tradução podem explicar alguns movimentos observados em relação aos resultados encontrados. Primeiramente, se observarmos a fragmentação da narrativa da *Carta Capital* em dois momentos distintos (e até certo ponto contraditórios), podemos perceber que a fase de problematização (apresentada por CALLON, 1986) representou toda a primeira narrativa, a qual modificou-se relevantemente a partir da fase de interessamento, quando há um comprometimento com uma versão que revela claramente a fase de inscrição em que se apresenta “de qual lado” o agente de mídia está. A versão produzida então pela *Carta Capital* passa a ser tomada como a representação da verdade de um lado muito claro do entendimento da situação, diametralmente oposto à versão apresentada por *Veja*, evidenciando a fase de mobilização. De outro lado, quando se observa o movimento narrativo de *Veja*, a fase de problematização evidencia desde o começo a demarcação de cada um dos personagens da narrativa: a Petrobras,

de um lado, como vítima de um esquema desenvolvido por uma organização criminosa representada pelo PT. O uso intensivo de recursos intertextuais na construção narrativa demonstra uma estratégia eficiente da fase de interessamento, bem como o uso de “acessos exclusivos” por parte da revista a dados, depoimentos e evidências que começam a delinear a como agente legítimo e portador da versão-verdade. A fase de inscrição sustenta também todo o processo descrito anteriormente, à medida que “informantes-chave”, pessoas bem informadas, corroboram a versão apresentada e o papel desempenhado por cada um dos personagens da narrativa. Isso evidencia a mobilização da revista como porta-voz das relações representativas de interesses opostos aos discutidos na *Carta Capital*.

A *Exame*, por sua vez, apresenta um movimento de tradução muito semelhante ao realizado por *Veja*, tendo em vista que já na fase de problematização situa o delineamento narrativo na demarcação da corrupção como um mal que atinge toda a sociedade, uma vez que leva a problemas econômicos sérios. As organizações são colocadas como reféns desse processo como um todo. No interessamento, o intenso uso de recursos intertextuais na construção da narrativa procura fundamentar e tornar irrefutáveis os argumentos que sustentam a versão narrativa, assim como a utilização de especialistas, profissionais que são capazes de inscrever a versão apresentada como verdade indubitável. Dessa maneira, na fase de mobilização, o agente de mídia já pode ser assumido como porta-voz das relações sustentadas nos desdobramentos econômicos do *wrongdoing* desvelado pela Operação Lava Jato.

Percebe-se, portanto, por meio do processo de tradução, que cada uma das versões apresentadas reflete um contexto específico de relações, em que interesses e posições de poder estão em jogo. Assim, antes de se afirmar que a narrativa produzida é um reflexo discursivo de uma política editorial, entende-se que a narrativa articulada é fruto de um emaranhado de relações que evidencia a posição legítima de portar uma versão representativa daquele contexto relacional. A mídia, dessa forma, além de mediar as versões possíveis a respeito do fato em análise, assume um papel de controle social, conforme constroem por meio das quatro fases descritas, uma realidade que encontra correspondência e ressonância na sociedade como um todo.

Para além da análise do processo de tradução em si, podem ser feitas algumas considerações relevantes a respeito do processo de tradução como um todo, empreendido pelos três agentes de mídia apresentados. Primeiramente, pode-se perceber que há algo de semelhante entre eles, à medida que o processo de tradução conduz cada um dos três a adotar uma versão, que toma um lado, e produz uma grande narrativa ao longo de todo o tempo analisado nessa pesquisa. Isso significa dizer que a contradição – aparentemente o motor do jornalismo que advoga pela postura dialógica e promoção dos contrapontos, é normalizada – e as versões produzidas são quase-ficcionais, conforme assumem coerência e plausibilidade com uma versão já definida na fase de problematização da tradução. Outro ponto que merece discussão é o fato de que a narrativa produzida por todos os três veículos tem uma estrutura comum de enredo: as organizações – a Petrobras, as demais envolvidas no esquema de corrupção e todas as outras indiretamente afetadas por um sistema econômico em crise em decorrência de práticas de corrupção – são vistas como as grandes vítimas dos atos de *wrongdoing*; raras são as vezes que a organização figura como um lócus ou como agente das práticas de *wrongdoing*. O papel de antagonista, de vilão da história, fica relegado aos agentes públicos ou agentes políticos, variando entre as versões apresentadas: (a) na versão da *Carta Capital*, a vilania fica por conta dos agentes públicos que representam a Justiça, enquanto o mártir é representado pelo partido político PT; por outro lado, (b) na *Veja*, os agentes públicos da Justiça são vistos como justiceiros, heróis, e o PT como o grande vilão. Representação semelhante de personagens pode ser percebida na narrativa da (c) *Exame*, com o agravante de que toma um contexto socioeconômico como base e sustenta que o “atraso” do país está amparado nesse esquema, ultrapassando, portanto, a dimensão da análise do que acontece no âmbito da Operação Lava Jato e ampliando para um contexto macro de impacto.

Ainda que mudem o papel dos personagens, todas as versões alimentam um ponto importante: a ideia de que o *wrongdoing* organizacional é fruto de desvios de conduta de pessoas (seja do lado dos agentes públicos, seja do lado do partido político), evidenciando a predominância do entendimento do *wrongdoing* como algo anormal e fruto de relações dissonantes. Não há o reconhecimento da normalidade das práticas que, conjuntamente configuradas, levaram às grandes proporções do *wrongdoing* objeto da Operação Lava Jato, desprezando os atos cotidianos das organizações que podem conduzir a resultados de grandes proporções que se evidenciaram. Percebe-se, portanto, que ao propagar versões que desprezam a discussão, o questionamento e o entendimento do fundamento cotidiano das ações que culminam com o *wrongdoing*, os agentes de mídia difundem amplamente a ideia de que a corrupção é fruto da esfera de atuação dos agentes públicos ou dos partidos políticos, os quais são vistos, na maioria das vezes, pela sociedade em geral, como identitários e parte do mesmo grupo.

Reiterando os pressupostos da realidade socialmente construída a partir de interações midiáticas e das narrativas que são parte central na construção comunicativa da realidade social, passamos a compreender que as interações ocorrem cada vez

mais pela mediação dos agentes de mídia, em um espaço controlado e artificialmente criado por algoritmos que agrupam preferências e esquemas interpretativos (COULDRY e HEPP, 2017). Reunindo sujeitos que se sentem representados pelos agentes de mídia tidos como seus porta-vozes legítimos, podemos compreender porque “meia palavra basta” para os “bons entendedores” que se reconhecem de forma identitária com aqueles que no movimento de tradução representam suas vozes e as relações nas quais estão engendrados. E assim, parece fazer sentido a explicação da polarização das versões defendidas como verdades insuperáveis por cada um dos lados, perdendo-se o movimento dialógico tão caro às negociações de significado, cujo lócus intersubjetivo tornava as interações face a face tão ricas e potencializadoras do entendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar como a mídia, a partir de suas narrativas, traduz o papel dos envolvidos em um caso de *wrongdoing* organizacional, representado pela Operação Lava Jato. A partir disso, foram analisadas as narrativas produzidas por cada agente de mídia, a fim de poder, com isso, responder ao objetivo geral do estudo. As narrativas encontradas foram quatro: duas para a *Carta Capital*, uma para *Veja* e uma para *Exame*.

Conforme apresentado anteriormente, o lugar de fala de cada revista segue o seu foco editorial, seu posicionamento e seus enfoques de interesse, mas também, muito além disso, a rede relacional que se estabelece em torno de interesses e relações que o agente de mídia representa. Nesse sentido, tem-se que o foco da *Carta Capital* é político, militante-partidário; de igual modo ao de *Veja*, que também se apresenta com foco político; e, por fim, tem-se a *Exame* com cunho econômico-financeiro.

Identificou-se que na *Carta Capital* houve dois momentos narrativos bem delimitados e diferentes. Enquanto o primeiro narra a Operação Lava Jato como um instrumento para acabar com a corrupção, o segundo momento indicava uma manobra para ataque ao governo vigente. A narrativa de *Veja* trabalha a operação a partir do combate a um esquema que expôs a corrupção no país, sobretudo na esfera política. Por fim, a narrativa da *Exame*, de um modo mais geral, evidencia que a corrupção traz malefícios à economia, sociedade e empresas. Menciona-se pouco os envolvidos nessa narrativa e seus papéis, devido ao foco ser econômico. Nessa narrativa, a Operação Lava Jato é um pano de fundo para o que de fato o veículo expressa.

Face ao exposto, entende-se que esta pesquisa traz alguns pontos de contribuição relevantes em relação aos estudos organizacionais, principalmente no que toca à relação entre mídia e a exposição da organização e suas práticas no contexto de midiaticização, o que, por fim, pode evidenciar reflexões relevantes quanto ao papel das organizações na sociedade contemporânea.

Primeiramente, quando se observa o processo de tradução, pode-se compreender que os três agentes de mídia adotam um movimento muito parecido, gerando versões capazes de representar a posição de porta-voz do agente de mídia em relação a uma rede de relações da qual faz parte. Essa questão, analisada a partir do processo de tradução, também permite perceber que a estrutura das grandes narrativas produzidas por cada um dos três agentes de mídia estudados é muito semelhante, mudando apenas o papel dos personagens. Essa constatação reforça a conclusão de que o processo de tradução dos três delinea-se de forma similar e representativa de uma rede de relações.

Um segundo ponto a ser destacado refere-se à compreensão da centralidade da comunicação e das narrativas na construção do mundo social contemporâneo imerso nas relações midiaticizadas. Essa midiaticização, sustentada em grupos relacionais cada vez mais homogêneos e isolados em um espaço e tempo articulados pelas tecnologias à disposição, nos faz compreender a assertiva apresentada pelo filósofo alemão Friedrich W. J. von Schelling que diz: “Não existe absurdo que não encontre o seu porta-voz”. Podemos compreender que a versão narrativa apresentada por cada um dos agentes de mídia não é produto exclusivo do poder criativo ou do projeto político editorial de cada revista, mas resultado de uma rede de relações que negociou em um processo de tradução aquele significado – “absurdo” para uns e “verdadeiro” para outros – que é difundido pelo agente de mídia.

Como terceira contribuição, é relevante trazer o que esse processo todo revelou a respeito do entendimento do *wrongdoing*, objeto desta análise. Os três agentes de mídia difundem versões que apresentam o *wrongdoing* como fenômeno anormal, isentando a sociedade como um todo e as organizações especificamente da responsabilidade de reproduzir em suas práticas cotidianas e rotineiras aspectos normalmente aceitos e justificáveis – o caixa 2, o pagamento de propina para agilizar decisões, a articulação relacional com pessoas de influência, a sonegação de impostos –, que, configurados, podem representar um

wrongdoing de grandes proporções, como se observa naquele revelado pela Operação Lava Jato. Ao isentar as organizações desse processo, pode-se apontar ainda que nas três narrativas elas são vistas como personagens centrais para o sucesso econômico, o qual é tomado quase que neutro e jamais problematizado em suas possibilidades de radicalização, como um contexto possível para práticas perversas que culminam no *wrongdoing* organizacional.

Por fim, de forma mais ampla, podemos evidenciar uma contribuição teórica relevante a partir da confluência das perspectivas ontoepistemológicas delineadas para a compreensão do fenômeno do *wrongdoing* organizacional, a partir da perspectiva teórica da tradução, na medida em que esse *framework* de análise ajuda a explicar como as organizações adquirem um status comum a “celebridades”, personagens a ser “seguidos”, “compartilhados”, “acompanhados” e também “julgados”, “sentenciados” e tomados como parte da rede próxima de relações das pessoas em geral. Esse novo contexto clama por práticas de gestão capazes de lidar com uma realidade em que as ações organizacionais estão à disposição de produtores e consumidores de diferentes versões, os quais acompanham a atuação organizacional quase que como um *reality show*.

Face a todo o exposto, entende-se que este trabalho apresenta relevantes caminhos para pesquisas futuras. Novas pesquisas que visem aprofundar a compreensão das narrativas por meio dos estudos de mídia e da perspectiva da tradução são bem-vindos. Ainda, estimulam-se pesquisas referentes a outros escândalos corporativos sob a perspectiva do *wrongdoing* organizacional para evidenciar quais práticas institucionalizadas normalizam comportamentos e levam a resultados de má conduta. O contexto da mídiatização e a profusão de versões chamam estudos que analisem as organizações a partir de uma dimensão ficcional: em que medida a criação de fachadas, perfis e práticas de gestão sustentadas em uma elaboração estética pode representar uma criação ficcional e cada vez mais distante das práticas efetivas das organizações? Ou, ainda, a criação ficcional que é representada e traduzida ao público em geral por meio dos agentes de mídia pode ser mais “real” que as práticas produtivas que se distanciam dessa estética produzida? Em que medida esse movimento pode ser analisado como um *wrongdoing* organizacional, dado que a produção estética, de histórias – que configuram uma dimensão ficcional – é uma dimensão importante do fazer organizacional? Ademais, questões sobre as razões da mudança radical de narrativa pela *Carta Capital* ou ainda estudos que reflitam como os escândalos corporativos refletem uma cultura nacional ou comportamentos aceitos nas organizações, e nas suas relações e interações, são possibilidades de pesquisas que se mostram oportunas. Todas essas questões merecem discussão e pesquisas futuras que possam revelar como as organizações contemporâneas têm se apresentado frente ao contexto social sustentado na mídiatização.

REFERÊNCIAS

- AGUILERA, R. V. et al. Connecting the Dots: Bringing External Corporate Governance into the Corporate Governance Puzzle. **The Academy of Management Annals**, v. 9, n. 1, p. 483-573, 2015.
- BARRY, D.; ELMES, M. Strategy Retold: Toward a Narrative View of Strategic Discourse. **Academy of Management Review**, v. 22, n. 2, p. 429-452, 1997.
- BASTOS, E. S.; ROSA, M. P.; PIMENTA, M. M. os impactos da operação Lava Jato e da crise internacional do petróleo nos retornos anormais e indicadores contábeis da Petrobras 2012-2015. **Pensar Contábil**, v. 18, n. 67, p. 49-56, 2016.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BOJE, D. M. **Narrative Methods for Organizational & Communication Research**. London: SAGE, 2001.
- BOXENBAUM, E.; JONSSON, S. Isomorphism, Diffusion and Decoupling: Concept Evolution and Theoretical Challenges. In: GREENWOOD, R. et al. (eds.). **The SAGE Handbook of Organizational Institutionalism**. 2. ed. London: Sage Publications, 2017.
- BOXENBAUM, E.; PEDERSEN, J. Scandinavian institutionalism: a case of institutional work. In: LAWRENCE, T.; SUDDABY, R.; LECA, B. (eds.). **Institutional Work: Actors and Agency in Institutional Studies of Organizations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- BRIANT, K. J. et al. The Power of Digital Storytelling as a Culturally Relevant Health Promotion Tool. **Health Promotion Practice**, v. 17, n. 6, p. 793-801, 2016.
- BROWN, A. A Narrative Approach to Collective Identities. **Journal of Management Studies**, v. 43, n. 4, p. 731-753, 2006.
- CALLON, M. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay. **The Sociological Review**, v. 32, n. 1, p. 196-233, 1986.
- CLEMENTE, M.; DURAND, R.; PORAC, J. Organizational wrongdoing and media bias. In: PALMER, D.; SMITH-CROWE, K.; GREENWOOD, R. (eds.). **Organizational wrongdoing**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.
- CONNELLY, F. M.; CLANDININ, D. J. Stories of Experience and Narrative Inquiry. **Educational Researcher**, v. 19, n. 2, p. 2-14, 1990.
- CORVELLEC, H. Narrative Approaches to Organization. **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**, v. 16, n. 2, p. 194-197, 2015.
- COULDRY, N.; HEPP, A. **The mediated construction of reality**. Cambridge: Polity press, 2017.
- CZARNIAWSKA, B. **Narratives in Social Science Research**. London: Sage Publications, 2004.
- CZARNIAWSKA, B.; JOERGES, B. Travels of ideas. In: CZARNIAWSKA, B.; SEVÓN, G. (Eds.). **Translating Organizational Change**. Berlin: Walter de Gruyter, 1996.
- CZARNIAWSKA, B.; SEVÓN, G. (eds.). **Global Ideas**. How Ideas, Objects and Practices Travel in the Global Economy. Malmö: Liber and Copenhagen Business School Press, 2005.
- CZARNIAWSKA, B.; SEVÓN, G. Introduction. In: CZARNIAWSKA, B.; SEVÓN, G. (eds.). **Translating Organizational Change**. Berlin: Walter de Gruyter, 1996.
- DE LA VILLE, V.; MOUNOUD, E. A narrative approach to strategy as practice: strategy making from texts and narratives. In: GOLSORKHI, D. et al. (eds.). **Cambridge Handbook of Strategy as Practice**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- DEACON, D.; STANYER, J. Mediatization: key concept or conceptual bandwagon? **Media, Culture & Society**, v. 36, n. 7, p. 1032-1044, 2014.
- FISHER, W. R. Narration as a human communication paradigm: the case of public moral argument. **Communication Monographs**, v. 51, n. 1, p. 1-22, 1984.
- GABRIEL, Y. Narratives, stories, texts. In: GRANT, D. et al. (eds.). **The Sage Handbook of Organizational Discourse**. London: Sage, 2004.
- GRANT, D. et al. Introduction: organizational discourse: exploring the field. In: GRANT, D. et al. (eds.). **The Sage Handbook of Organizational Discourse**. London: Sage, 2004.
- GREVE, H. R.; PALMER, D.; POZNER, J.-E. Organizations gone wild: the causes, processes, and consequences of organizational misconduct. **The Academy of Management Annals**, v. 4, n. 1, p. 53-107, 2010.
- HAIR JUNIOR, J. F. et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- HEPP, A. The communicative figurations of mediatized worlds: Mediatization research in times of the ‘mediation of everything’. **European Journal of Communication**, v. 28, n. 6, p. 615-629, 2013.
- HÖYKINPURO, R.; ROPO, A. Visual narratives on organizational space. **Journal of Organizational Change Management**, v. 27, n. 5, p. 780-792, 2014.
- KLINGER, U.; SVENSSON, J. The emergence of network media logic in political communication: A theoretical approach. **New media & society**, v. 17, n. 8, p. 1241-1257, 2014.
- OSEI-AMPONSAH, C.; PAASEEN, A. V.; KLERKX, L. Diagnosing institutional logics in partnerships and how they evolve through institutional bricolage: Insights from soybean and cassava value chains in Ghana. **NJAS – Wageningen Journal of Life Sciences**, v. 84, p. 13-26, mar. 2018.
- PALLAS, J.; FREDRIKSSON, M.; WEDLIN, L. Translating Institutional Logics: When the Media Logic Meets Professions. **Organization Studies**, v. 37, n. 11, p. 1661-1684, 2016.
- PALMER, D. **Normal organizational wrongdoing: a critical analysis of theories of misconduct in and by organizations**. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- PALMER, D. The new perspective on organizational wrongdoing. **California Management Review**, v. 56, n. 1, p. 5-23, 2013.
- PALMER, D.; SMITH-CROWE, K.; GREENWOOD, R. The imbalances and limitations of theory and research on organizational wrongdoing. In: PALMER, D.; SMITH-CROWE, K.; GREENWOOD, R. (eds.). **Organizational wrongdoing: keys perspectives and new directions**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

ROCHA, P. M.; BOROSKI, M.; DE CARVALHO, F. C. Os problemas da presidência pela perspectiva de gênero: o segundo mandato de Dilma Rousseff na cobertura negativa das revistas brasileiras. **Revista Comunicação Midiática**, v. 12, n. 1, p. 83-99, 2017.

ROULEAU, L. Studying strategizing through narratives of practice. In: GOLSORKHI, D. et al. (eds.). **Cambridge Handbook of Strategy as Practice**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

SAHLIN, K.; WEDLIN, L. Circulating Ideas: Imitation, Translation and Editing. In: GREENWOOD, R. et al. (eds.). **The SAGE Handbook of Organizational Institutionalism**. London: Sage Publications, 2008.

SALDAÑA, J. **The coding manual for qualitative researchers**. London: Sage, 2013.

SHUMAN, A. Exploring Narrative Interaction in Multiple Contexts. In: HOLSTEIN, J. A.; GUBRIUM, J. F. (eds.). **Varieties of Narrative Analysis**. London: SAGE Publications, 2012.

WEDLIN, L.; SAHLIN, K. The Imitation and Translation of Management Idea. In: GREENWOOD, R. et al. (eds.). **The SAGE Handbook of Organizational Institutionalism**. 2. ed. London: Sage Publications, 2017.

Rodrigo Seefeld

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5398-8807>

Doutorando em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Paraná (PPGADM/UFPR), Curitiba – PR, Brasil. E-mail: rodrigoseefeld@gmail.com

Natália Rese

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2043-3092>

Doutora em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Paraná (PPGADM/UFPR); Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba – PR, Brasil. E-mail: resenati@gmail.com

APÊNDICE

Referências das Reportagens Utilizadas

- BARROCAL, A. A clara definição de um complô. **Carta Capital**, São Paulo, ed. 892, p. 1-13, 2016.
- BARROCAL, A. Oportunista e inútil. **Carta Capital**, São Paulo, ed. 817, p. 1-9, 2014.
- BARROCAL, A.; BEIRANGÊ, H. O senador, o banqueiro, o pecuarista. **Carta Capital**, São Paulo, ed. 830, p. 1-18, 2015.
- BARROCAL, A.; MARTINS, R. A força do caos. **Carta Capital**, São Paulo, ed. 893, p. 1-12, 2016.
- BARROCAL, A.; SERAPIÃO, F. O pagador de propina. **Carta Capital**, São Paulo, ed. 796, p. 1-9, 2014.
- BONIN, R. “Nunca tinha visto tanto dinheiro”. **Veja**, São Paulo, ed. 2386, p. 1-9, 2014.
- BONIN, R.; RANGEL, R.; PEREIRA, D. Um poço de suspeitas. **Veja**, São Paulo, ed. 2366, p. 1-12, 2014.
- COMBRA, M. A opinião pública na crise. **Carta Capital**, São Paulo, ed., p. 1-4, 2016.
- DRUMMOND, C. Em plena tempestade. **Carta Capital**, São Paulo, ed. 832, p. 1-8, 2015.
- DRUMMOND, C. Uma pedra no caminho. **Carta Capital**, São Paulo, ed. 792, p. 1-4, 2014.
- FILGUEIRAS, M. L.; BÔAS, B. V. Não vai sair barato. **Exame**, São Paulo, ed. 1079, n. 23, p. 1-17, 2014.
- FURLAN, F.; FILGUEIRAS, M. L.; BAUTZER, T. Vai parar de vez? **Exame**, São Paulo, ed. 1081, p. 1-16, 2015.
- MORO, S. Castigo para o crime. **Exame**, São Paulo, ed. 1114, n. 10, p. 1-9, 2016.
- PADUAN, R.; RODRIGUES, A. Ela pode salvar a Petrobras? **Exame**, São Paulo, ed. 1062, n. 6, p. 1-18, 2014.
- PEREIRA, D. Lula comandava o esquema. **Veja**, São Paulo, ed. 2470, p. 1-6, 2016.
- PEREIRA, D.; BONIN, R. Corrupção em águas profundas. **Veja**, São Paulo, ed. 2448, p. 1-10, 2015a.
- PEREIRA, D.; BONIN, R. O homem da mochila. **Veja**, São Paulo, ed. 2412, p. 1-10, 2015b.
- PEREIRA, D.; BRONZATTO, T. O pecado original. **Veja**, São Paulo, ed. 2507, p. 1-8, 2016.
- PETRY, A. A cabeça de Moro. **Veja**, São Paulo, ed. 2458, p. 1-15, 2015.
- RANGEL, R. Meio desabafo, meio ameaça. **Veja**, São Paulo, ed. 2408, p. 1-8, 2015.
- RANGEL, R.; BONIN, R.; MEGALE, B. Todos contra todos. **Veja**, v. 2411, p. 1-12, 2015.
- RANGEL, R.; MARQUES, H. O objetivo é o caixa dois. **Veja**, v. 2369, p. 1-9, 2014.